

Jornal *Fêmea*

IMPRESSO ESPE-

Contrato 555/2001-ECT/BSB

x

CFEMEA



CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

Ano X

Nº 118

Brasília/DF

Novembro/2002

Movimento feminista: perspectivas diante do governo Lula

Com as eleições 2002, abriram-se novas possibilidades de exercício do poder. Os resultados deste pleito expressam uma mudança de mentalidade e de valores consolidados numa parcela significativa da sociedade brasileira.

A força da indignação ficou expressa na surpreendente votação obtida pela oposição, durante o primeiro e segundo turnos. Diante da nova conjuntura política do país, o movimento feminista articula-se, dialoga, propõe e prepara-se para continuar desempenhando seu importante papel no debate sobre a democracia como regime político e como forma de vida.

PÁGINAS 6 E 7

Mulheres soropositivas

A invisibilidade histórica das mulheres é escancarada na medida em que entramos nas especificidades de cada mulher, suas lutas, necessidades, vontades. Em 1º de dezembro, comemorou-se o Dia Mundial de Luta contra a Aids. O tema da Campanha, instituída pela Organização Mundial de Saúde, para o biênio 2002-2003, é *Preconceito e Discriminação*. As mulheres soropositivas estão lutando para colocar suas vidas em pauta, na agenda das políticas públicas de saúde, do movimento de pessoas vivendo com HIV/aids, d@s cientistas, do movimento feminista e de mulheres.

PÁGINA 10

Cenário político brasileiro

Entrevista com Sílvia Camurça, secretária-executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)

PÁGINA 8

Repercussão do V Encontro Internacional da Rede de Perspectivas Feministas para Bioética (FAB)

PÁGINA 9

As mulheres e os direitos humanos

PÁGINA 11



Esperanças no ar...

A eleição de Luís Inácio Lula da Silva trouxe novo alento para uma grande maioria de homens e mulheres *brasileir@s*, *representad@s* concretamente nos 52.793.364 ou 61,27% dos votos válidos digitados ou depositados nas urnas. Em 26 Unidades da Federação, o candidato do Partido dos Trabalhadores, pela Coligação Lula Presidente, recebeu a maioria dos votos. A única exceção foi o Estado de Alagoas.

Em diferentes campos, as avaliações dos resultados eleitorais têm sido positivas. Em nosso campo, dos movimentos feministas e de mulheres, observamos um crescimento do número de mulheres, candidatas e eleitas, para todos os cargos em disputa. O número de partidos e as Unidades da Federação pelas quais essas mulheres se candidataram e se elegeram também se ampliou.

E, ainda que esse crescimento tenha sido aquém do desejado, indica uma nova tendência do eleitorado que vem, pouco a pouco, alterando a correlação de forças entre mulheres e homens e esquerdas e direitas, nas direções dos Legislativos e Executivos brasileiros. Pela primeira vez, na história do Brasil, foram eleitas duas mulheres para os governos estaduais. No primeiro turno, Rosinha Garotinho, pelo Rio de Janeiro, no segundo, Wilma de Faria, pelo Rio Grande do Norte. As duas filiadas ao Partido Socialista Brasileiro. Outros seis estados – DF, MG, PA, PB, RO e SE – elegeram mulheres como vice-governadoras. Em 1998, elegemos apenas uma governadora e duas vices.

Passadas as eleições, nossos rostos se voltam para a escolha da equipe de transição, primeira oportunidade para o novo governo implementar ações afirmativas. Neste período, os movimentos feministas e de mulheres têm realizado uma série de ações, coletivas ou isoladas, para estar presentes, influenciando com suas concepções e propostas, as atuais (de transição) e as futuras equipes de governo (ministérios, conselhos). Exemplo disso é a carta enviada ao coordenador do processo de transição, assinada por 13 articulações e fóruns nacionais de mulheres, de *trabalhador@s*, e de outros setores da sociedade civil, reivindicando que “na condução do processo de transição e na formação do governo sejam considerados como critérios básicos a equidade de gênero

e étnico-racial.”

Se nos ativermos aos nomes escolhidos para coordenar a equipe de transição e tomarmos como referência o patamar mínimo e máximo das cotas por sexo para as eleições proporcionais, de 30% e 70%, pode-se verificar um resultado positivo, com a constituição de um certo equilíbrio entre mulheres e homens. Dos 28 nomes de *coordenador@s* até agora confirmados, nove são mulheres, o que representa 32%. Na questão racial, uma rápida olhada nos nomes indicados já evidencia a manutenção do desequilíbrio. Quase a totalidade da equipe é constituída de homens brancos. E, no universo das nove mulheres indicadas, essa discriminação se repete: apenas uma é negra.

Entretanto, ninguém tem a ilusão de que com a eleição de Lula os problemas brasileiros serão equacionados num passe de mágica. O que se espera é vontade política afirmada e efetivada. A expectativa é que as equipes escolhidas – de transição, ministeriais, dos altos escalões, cada vez mais incluam mulheres e homens, com suas diversidades, nos postos de comando e elaborem políticas que acolham, transversalmente, as questões de gênero e raça.

Tecer a teia da convivência, a partir de seres humanos que busquem a construção da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, de diferentes sexos, orientações sexuais, culturas, raças, etnias, gerações e convicções políticas e religiosas é o desafio colocado. É nessa hora que os diferentes movimentos sociais precisam “aproveitar a aragem” – valer-se da oportunidade para que os ventos soprem a favor da igualdade e da liberdade, em todos os seus sentidos.



Centro Feminista de Estudos e Assessoria

SCN, Quadra 6, Bloco A, Sala 602,
Ed. Venâncio 3000, CEP: 70716-000, Brasília-DF – Brasil
Telefone: (61) 328-1664
Fax: (61) 328-2336

E-mail: cfemea@cfemea.org.br

Home page:

<http://www.cfemea.org.br>

Conselho Deliberativo:

Iáris Ramalho Cortês, Leila Linhares, Maria Aparecida Schumacher, Maria José Rosado e **integrantes do Colegiado Diretor:** Almira Correia de C. Rodrigues, Guacira César de Oliveira e Malô Simões Lopes.

Conselho Consultivo:

Albertina Costa, Carmem Campos, Clair Castilhos, Fátima Oliveira, Heleith Saffioti, Jacira Melo, Jacqueline Pitanguy, Leilah Borges Costa, Mara Régia, Marcelo Lavenere, Margareth Arilha, Maria Amélia Teles, Maria Bethânia Melo Ávila, Nair Goulart, Salete Macca-loz, Sônia Correa e Sueli Carneiro.

Comitê de Especialistas:

Álvaro Vilaça, Comba Porto, Delaine Martins, Edna Roland, Ella Wieko, Éster Kosovski, Gilberta Soares, Hildete Pereira, Paola Cappellin e Sílvia Pimentel.

Conselho Fiscal:

Cristina Araújo, Elisabeth Barreiros, Maria do Carmo Seabra e Tereza Montenegro.

Demais integrantes da equipe:

Adriano Fernandes Cavalcante, Ângela Alves, Catherine Braga Monteiro, Cláudia Almeida Teixeira, Dyana Yzabel Azevedo Dias, Eliana Magalhães Graça, Elizabeth Saar, Fabiana Zamora, Gilda Cabral, Iáris Ramalho Cortês, Iêri Barros Luna, Mirla de Oliveira Maciel, Sérgio Gomes Timóteo e Sônia Malheiros Miguel.

Conselho de Parlamentares do Programa DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA:

Deputadas Fátima Pelaes, Jandira Feghali, Iara Bernardi, Laura Carneiro, Luci Choinacki, Maria Elvira, Rita Camata, Yeda Crucius e Zulaiê Cobra. Deputados Alceu Colares, Eduardo Jorge, Fernando Gabeira, João Grandão, José Genoíno, Miro Teixeira e Paulo Paim. Senadoras Emília Fernandes e Maria do Carmo Alves. Senadores Ademir Andrade, Lúcio Alcântara e Roberto Freire.

Jornalistas Responsáveis:

Michelle Lopes - Iêri Luna
RP 4825/DF - RP 5143/DF

Apoio:

Fundação FORD, FNUAP e UNIFEM

Tiragem:

13.000 exemplares.

Editoração Eletrônica:

Eduardo Meneses

Impressão:

Athalaia Gráfica e Editora Ltda.

A Reforma que precisa ser anunciada

*Eliana Graça

O momento é de anunciar Reformas. Reforma política, da previdência, da legislação trabalhista, tributária e outras. Já faz parte da tradição política brasileira o anúncio de reformas, antes das eleições e, principalmente, nos períodos de transição. No entanto, uma reforma nunca foi mencionada: a reforma do Processo Orçamentário – PPA, LDO e LOA.

Essa reforma está na fila há quase dez anos, desde o final da CPI dos anões. A razão desse não anúncio, dessa não preocupação é o acordo tácito entre Executivo e Legislativo de que o orçamento é uma ficção, não é para valer.

Mais grave que esse acordo é a falta de vontade política de criar mecanismos de controle e fiscalização que realmente tornem o processo orçamentário menos enigmático e mais compreensível para o cidadão comum. Após a CPI dos anões, o Congresso implantou uma série de normas para controlar as emendas parlamentares e para democratizar as discussões internas sobre elas. As medidas não impediram a produção de novos casos de desvio de recursos, como o emblemático desvio de R\$ 169 milhões no prédio do TRT de São Paulo.

Outra coisa que não é novidade, e que é levada às últimas conseqüências, é o caráter autorizativo da Lei do Orçamento. O Poder Executivo gasta o que quiser e pode redefinir prioridades. No entanto, nenhuma democracia permite arrecadar ou gastar sem autorização legislativa.

Em resumo, o processo de elaboração da LOA, assim como de todas as peças do processo orçamentário, precisa ser submetido a uma discussão visando sua reformulação para que possa realmente

contribuir para o fortalecimento do processo de planejamento governamental. O PPA (Plano Plurianual), a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a LOA (Lei Orçamentária Anual) são instrumentos básicos para a definição e implementação de políticas públicas promotoras de equidade.

O processo orçamentário precisa ser levado a sério por todos os atores sociais e não só pelos deputados e senadores da Comissão Mista de Orçamento. É preciso construir uma outra cultura, qualificar mais os atores sociais que elaboram os orçamentos públicos no Brasil.

Falar de reforma e da participação da sociedade civil no processo orçamentário não é semear ao vento, mas sim fortalecer a democracia. Também não se trata de começar do zero. Nas duas Casas, já existem propostas que modificam o processo orçamentário. O mais importante é o PLP 135/96, há seis anos aguardando votação.

O Projeto pretende criar normas para a retomada do planejamento no país, para a simplificação das peças orçamentárias - LDO, PPA e LOA - tornando-as mais transparentes, principalmente no tocante à execução orçamentária. Segundo esta proposta, o PPA passa a se constituir num projeto de longo prazo com dez anos de vigência. A LDO torna-se um instrumento de definição dos grandes números do orçamento, acompanhado de vários estudos macroeconômicos que possibilitem o diagnóstico das finanças públicas. A LOA tem como principal objetivo tornar-se transparente e assumir o caráter mandatário quando da implantação da Lei Complementar referente ao PLP 135/96.



Outro Projeto de Lei importante para a democratização do processo orçamentário é o PLP 200, de 2001, que prevê a participação popular na elaboração do Plano Plurianual e dos orçamentos anuais da União.

Uma reforma do processo orçamentário, além de prever a elaboração transparente das peças orçamentárias, deverá conter a construção de mecanismos de participação da sociedade pois, só assim, teremos uma efetiva democratização do planejamento e dos orçamentos públicos.

*socióloga e assessora parlamentar do CFEMEA



Após o segundo turno das Eleições 2002, com novo presidente eleito, o Congresso Nacional recarrega suas baterias e, aos poucos, vai cumprindo a pauta. Trinta e duas Medidas Provisórias estavam trancando a pauta da Câmara dos Deputados. No Senado Federal, as Comissões Temáticas colocavam suas atividades em dia, após meses sem votação. Até o dia 12 de novembro, o Congresso estava envolvido com a apresentação das emendas de Comissão e de parlamentares ao Orçamento da União.

Agora, o clima não é apenas de final de ano, de fim de legislatura. O que se respira hoje no Congresso são as negociações do próximo Governo com o atual, as presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e, somado a tudo isso, os interesses individuais de cada Partido Político na composição dos futuros Ministérios.

“Quem financia a baixaria é contra a cidadania”

Essa Campanha visa incentivar o combate aos programas de TV sensacionalistas e/ou de má qualidade, veiculados pelas emissoras brasileiras. Além de denunciar, a Campanha pretende ser educativa. As ações previstas, como a produção de cartilhas, deverão ressaltar o importante papel dos meios de comunicação, no sentido de informar a sociedade e valorizar aspectos culturais do país.

As denúncias, observações e críticas referentes ao nível da programação das emissoras de TV do Brasil podem ser encaminhadas por meio do telefone 0800-619619 e pelo endereço da Comissão de Direitos Humanos, na Internet: www.camara.gov.br/cdh. A inauguração do portal específico da Campanha está prevista para o mês de dezembro.

Atendimento às vítimas de violência sexual

O PL 60/99, que dispõe sobre o atendimento às vítimas de violência sexual, foi aprovado na CCJR da Câmara dos Deputados e segue agora para o Senado. A autora, deputada Iara Bernardi (PT/SP), quer que as vítimas sejam atendidas pela rede pública de saúde como situação de emergência, devendo receber atenção imediata e todos os serviços especializados que estes casos exigem.

O atendimento deverá ser prestado obrigatoriamente em todos os hospitais públicos que tenham Pronto Socorro e Serviço de Ginecologia, compreendendo os seguintes serviços:

- diagnóstico e reparo imediato das lesões físicas no aparelho genital e no aparelho digestivo baixo;
- amparo psicológico imediato;
- facilitação do registro da ocorrência, encaminhamento ao IML e às delegacias especializadas com informações que possam ser úteis para a identificação do agressor e comprovação da violência sexual;
- profilaxia da gravidez;
- profilaxia das doenças sexualmente transmissíveis;
- coleta de material para realização do exame de HIV para posterior acompanhamento.

Para a deputada Iara Bernardi, a proposta visa o atendimento integral e imediato que esses casos exigem, além de chamar atenção para a importância do combate à impunidade. “Se as vítimas estiverem conscientes de que terão atendimento condigno, deixarão de ter receio de ser expostas a novas violências como chacotas e indignidades que, muitas vezes, afastam a possibilidade de ação penal contra os agressores, porque a vítima prefere ficar calada. Aliar o atendimento médico e multidisciplinar às facilidades de acesso à polícia beneficiarão, e muito, a efetividade da punição”, acredita a deputada.

Policia! feminina poderá se aposentar mais cedo

O tempo de contribuição da mulher policial para a Previdência Social poderá diminuir, segundo parecer aprovado pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. A regulamentação da aposentadoria da mulher policial está prevista no PLP 275/01. O relator do Projeto, deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), lembrou que o aumento do número de servidoras policiais exige uma mudança significativa na Legislação. O próximo passo é a apreciação da matéria na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados.

O Projeto estabelece que a policial poderá se aposentar com benefício integral, aos 25 anos de contribuição, desde que tenha pelo menos 15 anos de serviço policial. O homem policial poderá se aposentar após 30 anos de contribuição, com pelo menos 20 anos de serviço policial. Atualmente, a Legislação fixa a aposentadoria da categoria sem distinção de sexo.

Para as servidoras da segurança pública, a mudança na Lei é fundamental, tendo em vista a importância de garantir direitos já assegurados aos homens policiais na Constituição Federal.



Senadores e deputados querem discutir CLT

A flexibilização das leis trabalhistas pode ser assunto de um debate nacional. A proposta é do senador Francelino Pereira (PFL-MG), relator do PLC 134/01. Após analisar o Projeto, ele o devolveu à Comissão de Constituição e Justiça do Senado por considerá-lo merecedor de ampla discussão. O senador sugeriu, ainda, a criação de uma Comissão Mista com senador@s e deputad@s a fim de discutir estas questões. Vale lembrar que esta matéria já foi aprovada pela Câmara e está na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Para o movimento de mulheres, que elegeu o acompanhamento deste Projeto como prioritário, é importante ficar em estado de alerta para que não sejam perdidos alguns direitos que, a nós, já são garantidos por Lei. Por isso, caso essa proposta se consolide, é fundamental a nossa participação junto aos/às parlamentares, a fim de sensibilizar os senadores e senadoras quanto aos prejuízos que advirão se este Projeto for aprovado.

PROPOSIÇÕES QUE TRAMITARAM NO CONGRESSO NACIONAL

Violência

Nº da Proposição/Ementa	Autoria	Tramitação
PL 60/99 - Dispõe sobre o atendimento às vítimas de violência sexual, que deverá ser imediato e multidisciplinar para o controle e tratamento do ponto de vista físico e emocional da vítima.	Deputada Iara Bernardi (PT/SP)	Aprovado na CCJR, parecer do relator Dep. Luiz Eduardo Greenhalgh (PT/SP).

Trabalho e Previdência

Nº da Proposição/Ementa	Autoria	Tramitação
PLP 275/01 - Atualiza a ementa e altera o artigo 1º da lei complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, que dispõe sobre a aposentadoria do funcionário policial, nos termos do artigo 103, da Constituição Federal, para regulamentar a aposentadoria da mulher servidora policial.	Senador Romeu Tuma (PFL/SP)	Aprovado na CTASP, parecer do Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP).
PL 3.879/93 - Altera dispositivos da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para ampliar o período de concessão do seguro-desemprego e reduzir o tempo de exercício de atividade necessário para obtê-lo.	Deputado Paulo Rocha (PT/PA)	Aprovado na CFT, parecer do Dep. Luiz Carlos Hauy (PSDB/PR).

Desenvolvimento e infra-estrutura

Nº da Proposição/Ementa	Autoria	Tramitação
PL 2.073/99 - Dispõe sobre a reserva de imóveis, construídos por programas habitacionais, à mulher sustentáculo de família e dá outras providências. Apensado: PL 2.488/00	Deputado Marcos de Jesus (PL/PE)	Aprovado o apensado na CDUI, parecer da relatora Dep. Maria do Carmo Lara (PT/MG).

Outros

Nº da Proposição/Ementa	Autoria	Tramitação
PLP 200/01 - Dispõe sobre a participação popular no processo de elaboração do plano plurianual e dos orçamentos anuais da União e dá outras providências.	Deputado Walter Pinheiro (PT/BA)	Rejeitado na CFT, parecer do relator Dep. José Carlos Fonseca Jr. (PFL/ES).

Legenda:

CCJR - Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados;
 CDUI - Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados;
 CFT - Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados;
 CTASP - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados.

Movimento feminista: perspectivas diante do governo Lula



O candidato Luís Inácio Lula da Silva ganhou as eleições presidenciais, confirmando a vitória dos interesses das classes populares. Com as eleições 2002, abriram-se novas possibilidades de exercício do poder. Os resultados deste pleito expressam uma mudança de mentalidade e de valores consolidados numa parcela significativa da sociedade brasileira.

Estas eleições traduziram a força da indignação de amplos setores da sociedade, expressa na surpreendente votação obtida pela oposição, durante o primeiro e segundo turnos. Diante da nova conjuntura política do país, o movimento feminista articula-se, dialoga, propõe e prepara-se para continuar desempenhando seu importante papel no debate sobre a democracia como regime político e como forma de vida.

Para Cristina Buarque, economista e cientista política, a vitória de Lula expressa mudanças importantes nas relações de poder, construídas no Brasil. “Acima de tudo, essa vitória atingiu o núcleo simbólico da trama política nacional, montada desde o período colonial, na qual existem príncipes – hoje príncipes cultos – formados no exterior, aptos a dirigir os povos. Existem, ainda, trabalhadores grosseiros, dependentes dos primeiros para serem felizes ou infelizes para sempre”, explica Cristina.

A cientista política diz, ainda, que Lula presidente causa uma ruptura na base política brasileira: “é um número grandioso de pessoas que transgridem a seus preconceitos. Lula é um homem sem diplomas, é um trabalhador desejoso de poder para mudar a condição de opressão e exploração a que está submetida a maioria da população brasileira”.

Justina Cima, integrante da coordenação da ANMTR (Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais), também analisa o significado da vitória de Lula, nas eleições de 2002. “Nós elegemos uma pessoa que representa a luta do povo brasileiro, nestes 500 anos, desde o descobrimento. Nesse momento, o companheiro, como podemos chamar o Lula, traz consigo uma grande esperança para o povo brasileiro”, afirma Justina.

Segundo a PNAD de 1997, as trabalhadoras rurais correspondem a 33% dos trabalhadores na agricultura. A maior parte delas trabalha para o próprio consumo e não recebe remuneração. A equipe do novo Governo está consciente quanto à importância da participação das mulheres na agricultura familiar. Por isso mesmo, a presença feminina no campo está sendo citada em diversos pontos do Programa de Governo. A temática é

abordada, por exemplo, no documento “Compromisso com as Mulheres”. Este mesmo documento afirma que “o governo Lula estará comprometido com políticas sociais que contribuam para o exercício da cidadania de todos, para superar as enormes desigualdades e ampliar a democracia”.

Expectativas

Na avaliação de Justina Cima, há muito a ser feito no meio rural. “Há questões importantes que precisam ser levadas em conta. Em primeiro lugar, a importância da reforma agrária nesse país, o assentamento imediato das famílias que estão, há muito tempo, lutando pela terra. Em segundo lugar, o investimento na pequena agricultura. É necessário um investimento imediato, para que se possa produzir alimentos com qualidade”, explica a integrante da ANMTR.

Justina também lembra a luta das trabalhadoras rurais pela previdência: “os agricultores e as agricultoras devem ter acesso aos benefícios aprovados por Lei. Devido ao excesso de burocracia, às vezes esse direito não é garantido. Acredito que o acesso aos benefícios previdenciários

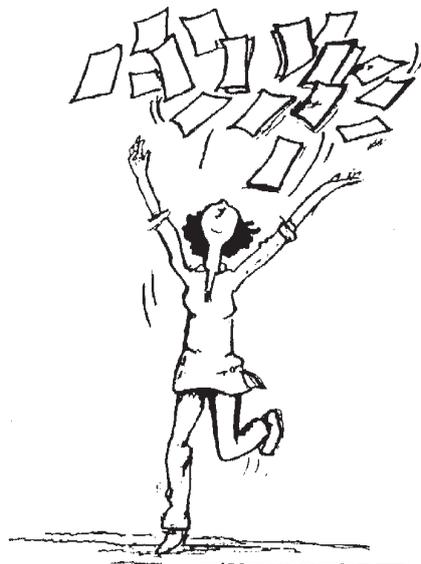
também é uma forma de diminuir a fome no campo.”

Jurema Werneck, sócia-fundadora do grupo Criola, fala sobre as expectativas da população afrodescendente. “Esperamos que a esquerda seja capaz de reconhecer nossa luta e a dívida que tem conosco. Também é fundamental a superação de seus próprios preconceitos e despreparo para lidar com o enfrentamento do racismo - e de sua parceria com o sexismo - iniciando um movimento de reparação que faça frente à histórica usurpação de riquezas e direitos que o Estado brasileiro e a sociedade têm empreendido contra todos os negros e, em especial, contra nós mulheres negras”, explica Jurema.

A Plataforma Política Feminista aborda a questão étnico-racial e propõe, entre outros desafios, que o Estado destine recursos, incentive e priorize políticas de ação afirmativa para superar as desigualdades e combater a discriminação, promovendo a equidade de gênero e de raça/etnia.

Para Míriam Martinho, da Rede de Informação **Um Outro Olhar**, a Plataforma apresenta vários pontos de contato com o programa do presidente eleito Lula da Silva, “em particular, no que tange à rejeição às políticas neoliberais - que apenas empobrecem ainda mais a população e, ainda, no que se refere à afirmação de um novo modelo de governo preocupado com as questões sociais, a superação da fome, da miséria e das desigualdades, bem como a geração de empregos, a garantia de saúde e a promoção dos direitos humanos”.

O processo de construção coletiva da Plataforma Política Feminista e a realização da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras expressa a vontade política dos movimentos feministas e de mulheres



no sentido de se posicionar e assumir responsabilidades no contexto político.

Ao longo de sua trajetória histórica, os movimentos feministas vêm demonstrando uma capacidade de articulação, por meio de diálogos e idéias inovadoras, em busca de uma sociedade justa e igualitária. Por esses motivos, entre outros, a cientista política Cristina Buarque acredita que o governo Lula precisa dialogar com o movimento. “O grande desafio das feministas, no momento, é estabelecer uma relação, como movimento que traz uma grande base de reflexão sobre a democratização, sobre abandono de preconceitos, sobre a inclusão da população em vários setores e sobre a construção de novos sujeitos sociais. O

governo terá de compreender o quanto o movimento feminista é facilitador da ruptura de preconceitos. É um desafio sermos chamadas para discutir com esse governo, como feministas”.

Para Jurema Werneck, do grupo Criola, “o governo deve reconhecer no movimento feminista, de negras e não-negras, um aliado vigoroso na proposição de caminhos de superação das desigualdades. Inclusive, na veiculação das críticas necessárias à correção de rotas”.



Novo Congresso Nacional

De acordo com estudo realizado pelo Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), em relação à nova estrutura partidária emergente das urnas, o desempenho dos Partidos Políticos de esquerda deverá atenuar as dificuldades que antes eram previstas para o governo Lula, na formação de sua base de apoio no Congresso Nacional.

Somados, os Partidos de esquerda - PT, PSB, PDT, PPS e PCdoB – elegeram 163 deputad@s federais. Com isso, pode-se prever que, empossado, Lula poderá contar com um apoio parlamentar indispensável às votações referentes a temas urgentes, polêmicos e de diferentes temáticas.

Míriam Martinho, da Rede de Informação *Um Outro Olhar*, espera que as promessas de campanha sejam cumpridas inclusive no Legislativo Federal. “Esperamos a aprovação do projeto de parceria civil, para pessoas homossexuais, ou quaisquer outros dispositivos que visem garantir direitos básicos a casais de mesmo sexo”, diz Míriam. O movimento de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros também reivindica a implementação das metas propostas no Programa Nacional de Direitos Humanos.

As dificuldades futuras não serão poucas. Segundo Guacira Cesar, diretora colegiada do CFEMEA, a política do “é dando que se recebe”, que garantiu a ampla margem de manobra ao Executivo nesses últimos oito anos é inaceitável do ponto de vista ético para o governo que assumirá em janeiro.

A cientista política Cristina Buarque lembra, ainda, que erros cometidos durante a campanha eleitoral não podem ocorrer na gestão de Lula. Dentre eles, a falta de comunicação com a cidadã brasileira. “O processo eleitoral não foi capaz de atrair as eleitoras,

não levou uma mensagem para a mulher trabalhadora, intelectual. As campanhas continuaram dirigindo-se apenas às donas-de-casa. Alguns disseram que as mulheres são conservadoras. Isto é um equívoco. As mulheres não são conservadoras. Conservador é quem faz a política e não se vira para elas, não vê que elas saíram do lugar”, contesta Cristina.

Para ela, a presença das mulheres feministas nos cargos de poder do governo Lula é o primeiro passo para outras transformações: “nós não podemos estar sendo vistas apenas para aqueles cargos que nós conquistamos a três governos atrás, não devemos ocupar espaços somente na área social. Por exemplo, a reforma agrária e da agricultura familiar são pontos importantes a serem discutidos com as mulheres”.

Cristina explica que em alguns momentos dos processos eleitorais, as lideranças feministas acabam tomando-se expectadoras dos fatos políticos: “ficamos naquela dúvida: vamos aprender a fazer política com os políticos ou vamos mostrar ao mundo que existe uma maneira transformadora de fazer política?”.

É hora de reconhecer os limites para poder enfrentá-los. É hora de trabalhar para a mobilização da sociedade, de alimentar o sentimento de poder que emana do exercício ativo da cidadania. O futuro vai exigir, dos movimentos sociais, a preservação de sua autonomia frente ao governo para a superação das injustiças, das discriminações, das desigualdades, na construção de um outro Brasil.

*Colaboração de Guacira Cesar, diretora colegiada do CFEMEA

Desde que foi criado, o movimento feminista vem provocando uma profunda revolução cultural no ambiente doméstico e no espaço público da sociedade. Diante do novo cenário político, estabelecido no Brasil, após as Eleições 2002, esse mesmo movimento pretende atuar a fim de contribuir com mudanças substantivas, em defesa da democracia – nas instituições e na vida cotidiana –, do direito à liberdade e à diversidade. Este é o tema da entrevista realizada com Sílvia Camurça, secretária executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).

Qual será o papel das ONGs e movimentos sociais diante do novo contexto sócio-político brasileiro?

Sílvia Camurça - Prefiro falar de responsabilidade ao invés de papel e em termos de responsabilidade acho que são muitas. Os movimentos sociais brasileiros e as ONGs a eles vinculadas foram importantíssimos para o processo atual de democratização do Brasil e para o resultado eleitoral que levou Lula à presidência da República. Por isso, temos todos e todas algumas responsabilidades. Manter a capacidade de contestação é uma delas; reforçar a capacidade de disputar significados é outra. A primeira é importante para nos manter sendo o que sempre fomos: forças políticas autônomas, inclusive em relação a partidos. A segunda é fundamental para enfrentar a oposição sistemática que esta vitória carreará contra si, em especial a oposição que se fará via meios de comunicação.

A vitória de Lula não significa a derrota do pensamento neoliberal na imprensa brasileira. Esta hegemonia está abalada, mas não está derrotada. Por isso, o governo Lula será freqüentemente avaliado desde este ponto de vista. Os movimentos e ONGs precisarão assumir a responsabilidade de produzir sua própria interpretação dos fatos, como sempre fizemos, mas ampliando nossa capacidade de comunicação política. Temos a responsabilidade de fazer valer a consigna “a luta continua”.

Que avaliação a Articulação de Mulheres Brasileiras faz a respeito do programa “Compromisso com as Mulheres”, apresentado pela Coligação Lula Presidente?

Sílvia Camurça - A AMB não tem uma avaliação a respeito. É um documento que não foi debatido coletivamente por nós. Pessoalmente, acho importante que ele exista, dá às mulheres um ponto de partida para o diálogo com o novo governo. O documento apresenta o que seriam os compromissos de governo e, nisto, indica sintonia com as lutas e análises da situação das mulheres que os movimentos vêm produzindo. Tem um foco no trabalho, no que coincide com a prioridade do governo Lula, mas destaca a responsabilidade do Estado pela efetivação dos direitos sociais, o compromisso com o

combate à violência, e a defesa dos direitos reprodutivos e assistência integral à saúde da mulher.

Entretanto, é preciso compreender este documento em seu contexto. Na minha avaliação, ele foi pensado como instrumento de comunicação específico para determinado segmento eleitoral, neste caso os movimentos sociais de mulheres. Acho que é o único documento deste gênero entre as candidaturas que estavam postas nas eleições presidenciais.

Não se espere, entretanto, encontrar ali diretrizes operacionais consistentes para ações governamentais. Isto está por ser construído. O documento aponta os compromissos políticos gerais, que é o que se faz quando se está em campanha.

Qual a expectativa da AMB em relação ao compromisso de criação da Secretaria Especial da Mulher, vinculada ao presidente da República?

Sílvia Camurça - Ela será efetivada numa situação institucional e organizacional mais favorável que a atual secretária, por conta de seu vínculo direto com a Presidência da República. Mantidos ou ampliados o orçamento atual e garantindo-se corpo técnico adequado teremos um importante instrumento de governo para promover justiça de gênero através das políticas públicas.

Como as propostas apresentadas pela equipe do novo governo se relacionam com a Plataforma Política Feminista e outras pautas do movimento feminista e de mulheres?

Sílvia Camurça - Nenhum governo, inclusive o governo Lula, poderia enfrentar totalmente os desafios da PPF, até porque grande parte deles se orienta para a própria sociedade e exigirão algumas décadas para serem concretizados, pois tratam de mudanças estruturais. A Plataforma é um instrumento do próprio movimento para guiar sua ação de transformação social, um instrumento amplo em sua radicalidade e ao mesmo tempo muito específico em suas proposições.

Quanto às pautas, neste momento pós-eleitoral e de transição, percebo um vínculo profundo entre o discurso do presidente eleito e o discurso da Plataforma em relação ao combate à hegemonia do mercado sobre a economia e a luta contra as desigualdades sociais, dois aspectos

que permeiam todo os capítulos da PPF. No entanto, será a forma de conduzir o governo e as políticas públicas que irá influir.

O que você acha importante num relacionamento entre o movimento feminista e de mulheres e o governo?

Sílvia Camurça - O relacionamento entre movimentos sociais e governos no Brasil tem sido problemático desde sempre. Nos anos recentes, deixou simplesmente de existir.

Em primeiro lugar, é preciso haver predisposição para restabelecer um relacionamento e em seguida estabelecer um diálogo. Há sinais de que há esta disposição, tanto da parte do governo, que indicou feministas para equipe de transição, como da parte dos movimentos, que está tecendo uma articulação para pensar este relacionamento. Estabelecido o relacionamento, é imprescindível a manutenção e fortalecimento da autonomia do movimento de mulheres. O movimento não deve atrelar seu futuro a este governo, ou a qualquer outro. Isto seria sua morte como sujeito político. Além da ação frente aos governos, é necessário seguir a luta feminista na sociedade, manter aquilo que se chama de ação cultural dos movimentos sociais e manter os eventos, encontros, enriquecer o pensamento e projeto feminista e renovar sempre a mística do próprio movimento. Isto é o que nos confere identidade coletiva e nos manterá autônomas para estabelecer este e qualquer outro relacionamento político.



Bioética Feminista

Debora Diniz*

Entre os dias 29 e 30 de outubro, Brasília foi sede do encontro de bioética feminista mais importante do mundo: o V Encontro Internacional da Rede de Perspectivas Feministas para Bioética (FAB). Inscreveram-se para o evento 158 pessoas, mas esse número foi ainda maior durante os dias do encontro. Vieram pessoas de todos os continentes, com expressiva participação dos países americanos. O congresso brasileiro marcava um momento histórico para a FAB, os seus dez anos de existência. Para celebrar esta data tão especial para as feministas que trabalham com a bioética, houve uma animada festa na noite do dia 29, com o que há de melhor na cultura popular brasileira. O show de música do grupo feminino brasileiro Toque de Salto foi contagiante e, naquele momento, as diferenças lingüísticas foram esquecidas e todas as participantes dançaram e cantaram juntas.

A FAB foi criada em 1992. Fruto de uma iniciativa ousada e corajosa da filósofa feminista estadunidense, Anne Donchin, e da bióloga feminista holandesa, Helen Holmes, a FAB surgiu durante o segundo encontro internacional da Associação Internacional de Bioética (IAB), em Buenos Aires. A FAB é uma rede independente da IAB, mas devido às relações de amizade e respeito mútuos, conquistados nesses dez anos de trabalho conjunto, os encontros da FAB e da IAB ocorrem sempre simultaneamente. Assim

foi em Buenos Aires (Argentina), em São Francisco (EUA), em Tsukuba (Japão), em Londres (Reino Unido) e, agora, em Brasília. Os encontros são bienais, o que é um espaço de tempo curto para finalizarmos um encontro, que em geral resulta em uma coletânea de artigos, e organizarmos o próximo evento. O congresso de 2004 será realizado em Sidney, Austrália, e será organizado por Susan Dodds e Rachel Ankeny.

O congresso de Brasília teve o tema “Gênero, Poder e (In) Justiça” e grande parte dos trabalhos apresentados discutiram como a perspectiva feminista ou dos estudos de gênero constituem lentes especiais para compreender as questões

O que importa para nós é a conscientização das feministas brasileiras e latino-americanas para a importância e urgência da reflexão bioética.

relacionadas à desigualdade de poder ou temas de justiça social. O programa foi rico tanto na eleição dos temas quanto na intensidade das discussões. Não posso deixar de mencionar o quanto a participação das pesquisadoras latino-americanas, e brasileiras em particular, foi decisiva para as discussões, em especial nas mesas sobre aborto, genética e tecnologias reprodutivas. Uma vez que a comunicação do congresso foi facilitada pelos recursos

de tradução simultânea, temas que nunca estiveram em um congresso da FAB/IAB, como a questão da cirurgia de mudança de sexo ou transexualismo, deram um tom especial e de vanguarda ao evento.

Finalizado o evento, nosso saldo foi positivo. Certamente o fato de o congresso da FAB ter sido realizado em Brasília irá fortalecer as pesquisas feministas em bioética no Brasil e na América Latina. Hoje, a FAB conta com cerca de 400 pesquisadoras filiadas das mais diversas nacionalidades, sendo o Brasil o terceiro país em número de filiadas à Rede. Esse número cresceu com o congresso, mas o que importa para nós é que esse crescimento signifique ainda mais a conscientização das feministas brasileiras e latino-americanas para a importância e urgência da reflexão bioética para nossas vidas.

*Diretora da ANIS: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. Junto com Susan Sherwin foi a coordenadora do congresso.

A dedicação e trabalho de toda a equipe da ANIS foi decisiva para o sucesso do evento. Para filiar-se à FAB, entre em contato com nossas representantes brasileiras: Alejandra Rotania (alecari@uol.com.br) ou Marilena Corrêa (mcorreia@ism.com.br).





Mulheres Soropositivas: que vulnerabilidade é essa?

A invisibilidade histórica das mulheres é escancarada na medida em que entramos nas especificidades de cada mulher, suas lutas, necessidades, vontades. O dia 1º de Dezembro marca o Dia Mundial de Luta Contra a Aids. O tema da Campanha, instituída pela Organização Mundial da Saúde, para o biênio 2002-2003 é *Preconceito e Discriminação*. As mulheres soropositivas estão lutando para colocar suas vidas em pauta, na agenda das políticas públicas de saúde, do movimento de pessoas vivendo com HIV/aids, do movimento feminista e de mulheres, d@s cientistas.

“Os cientistas não estão se alertando para o fato que a medicação para o tratamento da aids é feita para os homens

e nossas especificidades não estão contempladas. Eles não estão preocupados com as mulheres”. A afirmação é da advogada Beatriz Pacheco, da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/aids – Núcleo Porto Alegre. Beatriz descobriu que era soropositiva quando estava entrando no climatério e começou a fazer a terapia anti-retroviral para retardar a progressão da imunodeficiência ocasionada pelo vírus HIV. Além do fato de lidar com o vírus, a necessidade de reposição hormonal devido ao histórico familiar de osteoporose, e a terapia anti-retroviral, Beatriz descobriu que a medicação para o tratamento da aids anula os efeitos da reposição hormonal. Um tira o efeito do outro. Teve de abandonar a reposição hormonal. “Outro dia levei um tombo pequeno, fraturei um ombro e precisei fazer uma cirurgia. Tive dificuldade para colocar 5 parafusos na placa porque ela não se fixava nos ossos esfarelados,” conta Beatriz.

O agravamento da osteoporose é só um dos problemas enfrentados pelas mulheres que estão em tratamento com anti-retroviral. Alguns efeitos do coquetel são imediatos e universais, como alterações digestivas, enjôos, vômitos, diarreia, insônia, depressão, aumento do colesterol e de glicéridios, além da indisposição. Outros desafios, como a gravidez, a garantia dos direitos reprodutivos, o aleitamento materno e a menopausa precoce são

específicos às mulheres.

Auto-estima

A lipodistrofia (deposição de gordura em local inadequado, em detrimento da falta de gordura em outros locais) é um dos problemas mais visíveis causado pela combinação de alguns medicamentos. Ela ataca um outro campo complicado e já fragilizado da saúde d@s soropositiv@s: a auto-estima. “Um quadro sério de lipodistrofia tem como um dos efeitos a volta de uma *cara da aids*. É muito difícil gerenciar as deformações no corpo”, avalia Ana Paula Prado, assistente social e presidente da Associação Brasileira de Combate à Aids - Grupo Arco-Íris.

Com tantas dificuldades, a adesão ao tratamento é mesmo prejudicada. “Quando a mulher está imunodeficiente, com capacidade imunológica baixa, fica mais suscetível a doenças como o HPV e a alterações no ciclo menstrual,” explica o médico clínico sanitário, L.A. Teramussi.

Direitos Reprodutivos

Garantir os direitos reprodutivos das soropositivas é outra grande luta que encontra pouco eco nas discussões sobre a vida das mulheres que convivem com o HIV/aids. Nas capacitações do projeto Cidadã PositHIVA, realizado pelo movimento de mulheres soropositivas, foram identificados vários casos de laqueadura em mulheres que foram diagnosticadas positivas. Algumas dessas mulheres foram esterilizadas sem a informação de que poderiam ter filh@s.

Técnicas de inseminação artificial e lavagem de esperma já são utilizadas com sucesso em algumas cidades brasileiras. Mas apesar do índice de HIV ser quase zerado com as técnicas, é o preconceito o maior empecilho para o acesso a essas tecnologias; o não reconhecimento da reprodução como um direito também das mulheres soropositivas. “Hoje, as mulheres têm de recorrer à não utilização da camisinha para engravidar e arcar com todas as conseqüências de uma decisão como essa”, explica Ana Paula Prado.

Quando se trata de mulheres e aids é comum ver a preocupação com a transmissão vertical, de mãe para filho. No entanto, mais raro é ver a avaliação das vulnerabilidades das mulheres ao HIV/aids e os tratamentos disponíveis. “Brigamos muito, porque queremos ser ouvidas como mulheres, nas nossas especificidades, mas não querem nos ouvir”, avalia Beatriz Pacheco, 53 anos, orgulhosa da idade e da luta pela vida.



Sou cidadã, conheço meus direitos

Sem os direitos das mulheres não existem Direitos Humanos

A história da humanidade está relacionada com a história dos Direitos Humanos. Com enfoques, às vezes, apenas nos direitos civis, outras, nos direitos sociais, os Direitos Humanos foram se ampliando. Hoje, temos a certeza de que perpassam todos os aspectos de nossa vida. Abrange desde o direito de votar e ser votad@ ao direito à plena cidadania, que diz respeito ao direito à moradia, à saúde integral, ao ensino, ao acesso a um trabalho digno cujo salário corresponda a uma vida com qualidade, ao lazer, a uma vida livre de violências etc.

Em 10 de dezembro, comemora-se o Dia Internacional dos Direitos Humanos. No ano de 1948, foi assinada a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, por quase 200 países, junto à Organização das Nações Unidas – ONU. A fim de oferecer subsídios para discussões sobre a temática, ressaltamos aspectos de um instrumento internacional que aborda a questão da mulher e busca eliminar todas as formas de discriminação ainda existentes na humanidade.

Instrumentos Internacionais

Várias nações têm se aproximado e discutido temas comuns com vistas a estabelecer estratégias de boa convivência entre países e equiparar comportamentos entre Estado e população. Desses diálogos, surgem documentos internacionais referentes a temas dos mais diversos.

Podemos citar como um dos mais importante para as mulheres a *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)*, ratificada pelo Brasil em 1984, recentemente promulgada através do decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002.

O que é uma Convenção

É um instrumento internacional destinado, em geral, a estabelecer normas para o comportamento dos Estados (países, nações) sobre determinado assunto. Uma Convenção se origina sempre em uma conferência internacional onde determinado tema é discutido e os países presentes chegam a um consenso sobre o mesmo, elaborando, assim a *carta política*. Representantes dos estados presentes assinam a Convenção, mas esta só entrará em vigor, no país, quando for aprovada e promulgada pelo Poder Legislativo. Uma Convenção deve nortear, entre outras ações, as políticas públicas e a legislação do país signatário.

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

Esta Convenção (CEDAW) possui um preâmbulo onde se fala da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de diversas convenções, resoluções, declarações e recomendações das Nações Unidas que buscam favorecer a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Afirma a preocupação de que, apesar da existência de diversos instrumentos internacionais, a mulher continua sendo objeto de grandes discriminações. Ressalta a importância social da maternidade sem que isto seja causa de discriminação, e que seu papel na sociedade deve estar em todos os níveis.

O que esta Convenção impõe ao Estado Brasileiro

A Convenção conceitua a discriminação contra a mulher, no artigo 1º da Parte I, como sendo:

“... emenda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades

fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo”.

Além disso, impõe duas obrigações básicas: eliminar toda e qualquer discriminação, em especial na Legislação e assegurar medidas concretas para que essa discriminação seja abolida, em todas as esferas e, em particular, nas esferas política, social, econômica e cultural. Essas medidas poderão ser temporárias, visando acelerar a igualdade de fato entre os sexos, ou especiais, como a medida destinada a proteger a maternidade, impedindo que esta função social sirva de motivo para discriminação.

Resultados práticos da Convenção, na vida das mulheres

Todo país signatário desta Convenção tem a obrigação de enviar, periodicamente, relatórios detalhados para a ONU, apontando as mudanças ocorridas, nas áreas legislativas, judiciárias, administrativas ou outras, além de indicar fatores e dificuldades que influíram no grau de cumprimento das obrigações estabelecidas pela Convenção.

Temos ainda o *Protocolo Facultativo à Convenção* que é um instrumento internacional de denúncia de violação dos direitos da mulher. Este instrumento jurídico garante às mulheres o acesso à justiça internacional quando o sistema nacional se mostrar falho ou omissivo na proteção dos direitos humanos, consagrados na Convenção. Assim, quando a justiça brasileira não cumprir sua missão de julgar um caso de violação contra os direitos da mulher brasileira, ela, diretamente ou através de um grupo, tem o direito de recorrer à Comissão da CEDAW (na ONU), que tem poderes para investigar e, se necessário, punir o Brasil, pela inobservância da justiça.

O inteiro teor da Convenção está em nosso site: [cfemea.org.br/temas e dados/atos internacionais/ Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – Decreto 4.377, de 13 de setembro de 2002.](http://cfemea.org.br/temas_e_dados/atos_internacionais/Convenção_sobre_a_Eliminação_de_Todas_as_Formas_de_Discriminação_contra_a_Mulher_-_Decreto_4.377,_de_13_de_setembro_de_2002)

Nota: estamos usando o símbolo @ para masculino e feminino, quando falamos dos dois sexos.

Exemplo: filh@ significa filha mulher e filho homem.

EXTRAÍDO DO GUIA DOS DIREITOS DA MULHER – CFEMEA-1996, EDITORA RECORD
(PODE SER ENCONTRADO NAS LIVRARIAS) E DA LEGISLAÇÃO ATUAL

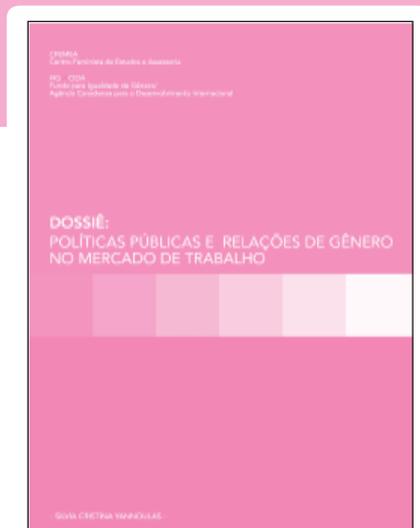
Acontece

Educação, Gênero e Movimentos Sociais

O tema do II Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais é “Identidade, Diferença e Mediações”. O Seminário é coordenado pela Rede RIZOMA, da Universidade Federal de Santa Catarina, e vai acontecer entre os dias 8 e 11 de abril de 2003. O prazo para inscrições de trabalhos é 30 de novembro de 2002. Mais informações pelo telefone (48) 261-4000/261-4080 e pelo endereço eletrônico: seminrizoma@ced.ufsc.br.

Bolsas de Pós-Graduação

O Programa Internacional de Bolsas de Pós-graduação da Fundação Ford oferece apoio financeiro por até três anos para estudos nas treze áreas de atuação da Fundação. @s candidat@s devem ter experiência em atividades relacionadas ao desenvolvimento de sua comunidade, grupo social, região ou país; pertencer a grupos que, sistematicamente, têm tido acesso restrito ao ensino superior; e comprometer-se a trabalhar nessas questões após o término da bolsa, entre outros critérios. O prazo para envio da documentação para seleção é 16 de janeiro de 2003. Outras informações podem ser encontradas na página www.programabolsa.org.br e pelo telefone (11) 3722-4404.



Políticas Públicas e Gênero no Mercado de Trabalho

O “Dossiê: Políticas Públicas e Relações de Gênero no Mercado de Trabalho”, elaborado por Sílvia Yannoulas, professora – pesquisadora internacional da Flacso/Brasil, pretende subsidiar a atuação conjunta de instituições sindicais, associações profissionais, organizações do movimento de mulheres e o Legislativo Federal, no que diz respeito à formulação de políticas públicas de trabalho e à negociação de pautas sindicais, com consideração da problemática de gênero. A publicação apresenta uma análise da realidade das mulheres no mercado e nas relações de trabalho, um breve histórico da introdução da problemática de gênero nas agendas públicas e institucionais, além de uma avaliação das agendas parlamentar, sindical e feminista no Brasil.

A publicação mais recente do CFEMEA, em parceria com o Fundo para Igualdade de Gênero da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (FIG-CIDA), é um dos produtos do projeto “Relações de Gênero no Mundo do Trabalho: Direitos e Realidades”.

Racismo

A publicação “Racismo no Brasil” é resultado do seminário de mesmo nome, realizado em março de 2002 pela Abong (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais), Ação Educativa (Assessoria, Pesquisa e Informação) e ANPED (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação). São oito textos de profissionais de diversas áreas divididos nos três eixos centrais do problema do racismo no Brasil, como proposto no debate: Determinantes do Racismo no Brasil, Identidade Racial Brasileira e Ações Afirmativas para o Povo Negro no Brasil. Mais informações pelo fone (11) 3237-2122 e na página www.abong.org.br.

Bioética

O livro “Bibliografia Bioética Brasileira: 1990-2002” é um catálogo de todas as publicações brasileiras dos últimos doze anos, período mais importante para a institucionalização e disseminação da bioética no país. O principal objetivo da publicação é organizar o pensamento bioético brasileiro para facilitar o acesso à informação para tod@s interessad@s no tema. Kátia Soares Braga é a autora da publicação. Mais informações pelo telefone (61) 343-1731 e www.anis.org.br.

